

## **O LEGADO DE BARBOSA DE GODÓIS NO CAMPO EDUCACIONAL MARANHENSE**

Ivã Dutra Lima<sup>1</sup>

A transição do século XIX para o século XX foi marcado por um evento histórico de significativa importância para o Brasil, a partir das novas condicionantes impostas pelos grupos políticos que alçaram ao poder no final do século XIX. Este evento foi a Proclamação da República (1889), que solapou a monarquia brasileira, marcando o início de um processo com (pelo menos) dois objetivos bem claros.

Em primeiro, levar a cabo um exercício de silenciamento e esquecimento da ordem monárquica através do banimento da família imperial brasileira e da borracha que seria passada na carga simbólica que incorporava todo o arcabouço da ordem imperial estruturada no Brasil ao longo de quase um século no poder. O segundo, alicerçar as bases para a construção de uma nova nação, cujo arquétipo refletia-se na difusão de um discurso que pregava a implementação de colunas vitais para a gestação da ordem e do progresso: a civilização, o desenvolvimento e a ampliação de oportunidades que se desdobrariam em mecanismos democratizantes para um povo que conheceria na prática, a difusão da cidadania, pois “o entusiasmo e as expectativas despertadas em certas camadas da população pelo advento do novo regime provinham de promessas democratizantes feitas nos comícios, nas conferências públicas, na imprensa radical” (CARVALHO, 1987, p. 46).

Opera-se numa lógica segundo a qual a República, ainda que um campo em disputa por conta dos vários grupos que se digladiavam ideologicamente sobre qual modelo republicano seria o ideal para o Brasil, representava o novo, uma ruptura com o passado. Um olhar para a frente, para um Brasil que se abria para a possibilidade de se reconstruir e se reestruturar rumo ao progresso e ao desenvolvimento. Convém lembrar que o fenômeno republicano brasileiro foi emoldurado por um quadro de várias facetas: partindo das tendências conservadoras (alicerçadas no âmago de grupos que buscavam apenas se instalar no poder) até chegar nas tendências mais liberais (ou radicais) cujo lastro ideológico se assentava na defesa de transformações estruturais, levando a cabo a construção de um país promotor de justiça social.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); graduado em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Constituiu-se assim, um embate de forças em torno do ideal republicano, configurando um embate ideológico entre grupos que operavam a partir da construção e difusão de representações acerca da república ideal para o Brasil - não é a república que está em jogo, pelo contrário, ela representa o novo - o que está em jogo é o alcance das mudanças que seriam implementadas a partir da nova ordem, ou seja, a afirmação de um determinado grupo no poder seria a materialização de um arquétipo de governo abrangente ou excludente. Fica claro, assim, que os anos iniciais do novo regime foram um espelho da complexidade inerente não apenas ao jogo político que ganhou corpo em volta da instalação da república, mas, principalmente, da dificuldade de ajustar a engrenagem socioeconômica de uma nação com a dimensão continental do Brasil. Grosso modo, o que se viu, foi avassaladora derrubada do regime monárquico e a chegada da República, o Brasil estava diante de um horizonte que deve ser entendido por suas mudanças e permanências.

Contudo, lembrar que a construção de uma cidadania abrangente, este aspecto tão enfatizado na propaganda republicana, não passou de um devaneio no decurso dos acontecimentos, visto que após a afirmação da oligarquia cafeeira no poder, a questão social passou a ser tratada como caso de polícia, pois, conforme Nicolau Sevcenko (apud CAMPOS, 2016, p. 268):

Aos pobres em geral, nessa sociedade, não se atribuía a identidade jurídica de cidadãos, típica de uma república. Na prática, era reservado a eles um tratamento similar ao dos antigos escravos, controlados pelo terror, ameaças, humilhações e espancamentos, com o Estado assumindo as funções de gerente e feitor. É claro que há diferenças muito evidentes entre o estilo de repressão da sociedade escravista e o da republicana.

Para uma breve percepção da questão social no período republicano é imperioso lembrar que durante o processo de formação da nação no referido período, o Brasil foi sacudido por uma onda de revoltas e greves, nos dando a dimensão do nível de exclusão da plebe, pois os movimentos sociais, para além da análise de sua complexidade, tomaram corpo tanto no universo rural, quanto no universo urbano. Olhando a relação dialógica Estado/sociedade, e considerando o alcance dos descontentamentos dos sujeitos que se esgarçavam em lutas sangrentas nos mais variados espaços geográficos do país, fica claro que um projeto de cidadania com vistas a promover justiça social não norteava as ações políticas dos grupos detentores do poder, pois segundo Júlio de Mesquita Filho, ao fazer um breve balanço a respeito da Primeira República no Brasil, evidencia que “a política se orienta não mais pela vontade popular livremente manifesta, mas pelos caprichos de um número limitado

de indivíduos sob cuja proteção se acolhem todos quantos pretendem um lugar nas assembleias estaduais e federais” (apud CAMPOS, 2016, p. 273).

Dessa forma, põe-se a República a se desnudar e a revelar diante de todos os trilhos a serem percorridos no curso inevitável da história brasileira no início do XX. Mudaram os detentores do poder, mas as bases da desigualdade, da exclusão, das injustiças sociais continuam firmes e em curso constante, inseridas em uma nova dinâmica política que irá reconfigurar os mecanismos de dominação e exploração da nova/velha feição das relações de poder amparadas na força econômica e na imposição da lei.

A República brasileira se estrutura e se consolida no curso inicial do século XX. As elites dirigentes imprimem sua marca, abraçando os mais variados campos da sociedade: legislação, economia, educação, política. A dinâmica histórica do Brasil no começo do século passado tem a feição e a lógica dos interesses e das disputas de poder que se desenharam na cena republicana no referido contexto. Porém, se evidencia diante de nós um aspecto que merece destaque ao analisarmos a implantação da república: a falta de uniformidade, a busca de um projeto de nação, de um projeto com alcance social teve como reflexo a dissonância de interesses Estado/povo corroborando o que diz Carvalho (1987, p. 45) “a República, ou os vitoriosos da República, fizeram muito pouco em termos de expansão dos direitos civis e políticos”.

A estruturação de uma carga simbólica com vistas a dá legitimidade ao novo regime, ou seja, promover a inserção dos valores republicanos na dinâmica mental da sociedade a fim de criar um lastro mental de aceitação do regime é prova da complexidade das relações de poder e dos conflitos em voga no processo de sustentação da república brasileira. O Brasil insere-se numa lógica de mudanças, visando a ruptura com o passado e a celebração de um futuro marcado por novas possibilidades de desenvolvimento, dessa forma,

A abolição da escravatura; a institucionalização de um modelo político, que em seus discursos exaltavam a “ordem e progresso”; e a mudança de uma economia agrária exportadora, onde essencialmente se utilizava a mão de obra escrava africana para a implantação de outra forma de geração de renda, baseada na industrialização, impulsionou o estado republicano a adotar medidas que favorecessem a incorporação de ideias, hábitos e posturas que diferenciassem o Brasil república do Brasil império (SILVA e CASTRO, 2012, p. 250).

Fica evidente o peso do lastro cultural/ideológico que o novo regime visava implantar no Brasil com a finalidade não apenas de promover as transformações estruturais pretendidas, mas, sobretudo, inferir mudanças de comportamento numa sociedade vista como atrasada. Era

preciso mergulhar no corpo social e implementar as bases da civilização, grosso modo, era preciso gestar uma nova sociedade consoante às virtudes da civilização e seus benefícios à nação: novos hábitos, novas normas, novos padrões de conduta e pensamento, sem os quais o Brasil jamais alcançaria o nível das nações modelares do progresso e do desenvolvimento. Assim sendo, não bastaria ficar no plano do discurso, das pretensões quiméricas perdidas no espaço e no tempo. Não! O novo regime criou mecanismos e práticas que teriam consequências no futuro da nação.

Em consonância com tais objetivos, os republicanos reconheceram a educação enquanto área de fundamental importância para alcançar a tão sonhada “ordem e progresso”. A escola passou a ser o lócus das operações pedagógicas com claras finalidades políticas, pois não se trata apenas de educar um povo atrasado e em dissonância com a civilização e o progresso, trata-se de educar para o progresso, e também para entrar em conformidade aos ideais republicanos, nesse sentido, Silva e Castro (2012, p. 250), afirma que “tal ação foi entendida como ferramenta estratégica que possibilitava a inculcação de valores, o incentivo ao patriotismo e o respeito às autoridades”.

### **Implementação e difusão dos valores cívicos do novo regime no Maranhão e a obra de Barbosa de Godóis**

Ao passar pelo processo de transição do império para a república, o Maranhão segundo Reis (2007, p. 70), vê-se num contexto político/econômico envolto em duas dimensões.

A crise final do império comporta duas dimensões: a primeira, política, como foi visto, resulta do faccionismo, das dificuldades do núcleo dirigente em absorver o aumento da competitividade intra-oligárquica preservando o jogo partidário, fator que foi designado como o início de um processo de fragmentação interna da oligarquia; a segunda é a aceleração da crise do sistema exportador e o enfraquecimento do grande produtor rural.

Inserido na ordem republicana, o Maranhão não ficou imune às diretrizes e abrangências do novo regime. Assim, o campo educacional, enquanto estratégia de um plano global para a efetivação das transformações pretendidas pelo regime em voga, passa por mudanças significativas com vistas a se adequar aos imperativos do regime republicano, pois o Maranhão estava longe de atender aos objetivos do novo regime, por apresentar uma cena educacional defasada nos mais variados aspectos (pedagógico, estrutural, corpo docente)

(SILVA e CASTRO, 2012, p. 252). Evidencia-se o arquétipo que nortearia as ações no âmbito da dinâmica educacional maranhense, ou seja, caberia ao governo do Maranhão executar as reformas necessárias na área educacional e trabalhar no sentido de alicerçar-se ao novo regime, visto que “por toda parte do país verifica-se a uniformidade dos discursos em torno da importância dessas escolas, vinculando a sua criação às expectativas de desenvolvimento econômico, de progresso, de modernização e de manutenção do novo regime político”. (SOUSA, 2009, p. 43 apud SILVA, 2015, p. 19).

Um olhar macro, numa percepção da história enquanto processo, e numa breve análise dos aspectos que norteavam a área educacional nos referidos contextos históricos - Império e República - é válido para lembrar que durante a fase imperial o ensino dava-se de forma isolada e descentralizada, sobrepondo-se uma estrutura e uma base profissional precarizadas. Tal situação só começou a mudar “a partir da transição da política imperial para a republicana, quando as ideias referentes à educação básica tiveram o propósito de contribuir para o progresso do país” (SILVA, 2015, p. 53). Vê-se claramente que as mudanças pretendidas para área educacional não implicavam apenas em questões referentes ao viés pedagógico, abarcavam pretensões de cunho político com vistas à afirmação do regime republicano considerando: civismo, ordem, desenvolvimento e progresso e a educação enquanto coluna firme na gestação da grande pátria republicana.

É com base nessas perspectivas que o Maranhão toma decisões no sentido de implementar as mudanças exigidas pelo novo regime e mudar a configuração da área educacional.

Para transformar tal realidade e garantir a concretização dos ideias republicanos, Alexandre Colares Moreira Junior, governador do Estado (1902-1906), resolveu determinar a criação de Grupos Escolares no Maranhão ao constatar que as Escolas Estaduais de nível primário apresentavam uma série de inadequabilidades ao sistema recém-adotado, especialmente relacionado ao método de ensino implantado, à falta de seriação e graduação e à presença de professores inabilitados. Isso o levou a autorizar a conversão das seis escolas localizadas no perímetro de São Luís em dois Grupos Escolares, cada um, composto por três escolas por meio da Lei nº 323, de 26 de março de 1903, regulamentada em 1904, pelo decreto nº. 36 de 1º de julho (SILVA e CASTRO, 2012, p. 252).

É nesse contexto de tentativa de afirmação do regime republicano que se insere a fecunda obra de Barbosa de Godóis, - História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal - não podemos deixar de considerar os aspectos relevantes que alicerçam uma compreensão aprofundada no que diz respeito ao escritos de cunho educacional para o período em que foi publicada e de sua importância nos quadros da historiografia maranhense

fundamentais para os estudos em voga sobre o processo de formação histórica da educação maranhense.

A abordagem sobre a obra é imperiosa importância para que possamos mergulhar no universo de Barbosa de Godóis, sendo também um exercício de tamanha envergadura que exige certos cuidados na relação dialógica com o passado, visto que trata-se de situar-se no espaço/tempo a fim de entender sua dinâmica nos mais variados aspectos: política, economia, relações de poder, cultura, educação.

Antônio Batista Barbosa de Godóis nasceu em 4 de setembro de 1860 (faleceu em 1923), estudou direito na Faculdade de Recife, onde tornou-se Bacharel em Direito. Após concluir seus estudos, retornou ao Maranhão e passou a advogar, atuando também como procurador da Justiça Federal e jornalista (LICAR, 2011). No entanto, seu nome ganhou vulto por sua atuação no campo educacional maranhense.

Ao assumir a direção da Escola Normal e toda a instrução pública do Estado, Barbosa de Godóis tornou-se a figura central no campo pedagógico maranhense no início do século XX, fato confirmado pelas suas publicações destinadas à educação, como Cantos escolares, Um programa de história e Síntese histórica da educação, Instrução Cívica (resumo didático, 1900), História do Maranhão, Escripta rudimentar (1904), O mestre e a escola (1910), Os ramos da educação na escola primária (1914), Higiene pedagógica (1914) e À memória do Dr. Benedito Pereira Leite (1911) (MORAES, síntese biobibliográfica de B. Godóis, História do Maranhão apud LICAR, 2011, p. 45).

Sua atuação na cena literária maranhense situa-se no contexto entre o final do século XIX e início do século XX, integrando o grupo Novos Atenienses (uma alusão aos grupos de intelectuais precedentes: Grupo Maranhense – 1832/1868 e Atenienses – 1868/1894). Fazia parte de um grupo de intelectuais cujo discurso foi marcado saudosismo, inferindo uma percepção decadentista sobre a realidade maranhense vivida (LICAR, 2011; SILVA, 2015).

Tais informações são indícios de que a obra de Barbosa de Godóis, como qualquer obra, não está solta no espaço e no tempo, não é construída sem a influência dos valores que fazem parte do referido contexto. Barbosa de Godóis é um homem de seu tempo e em permanente diálogo com as questões mais urgentes que se faziam presentes no cotidiano maranhense, donde percebia seu papel enquanto agente de fundamental importância no processo de consolidação dos valores difundidos pelo novo regime, pois,

Praticamente todo o seu trabalho e suas ações foram direcionados tendo em vista a consolidação das instituições republicanas, sobretudo a escola. Neste aspecto, mais que um nostálgico intelectual de gabinete da Atenas Brasileira, como muitos de seus

colegas de geração, Godóis foi um liberal cuja vida se pautou pelo engajamento e trabalho educativo (MELO, 2010, p. 49).

Barbosa de Godóis foi um homem de ação no sistema educacional maranhense, desenvolvendo frutífero trabalho teórico e prático com vistas a dá seu contributo para a construção de um Maranhão em consonância com o desenvolvimento e o progresso, conforme alardeava o governo republicano. Acreditava que a escola tinha papel fundamental na lógica de modernidade pretendida pelos republicanos, ancorada na ideia de “difundir a perspectiva de que a escola e o ensino deveriam denunciar os atrasos impostos pela monarquia e assumir o papel de regenerar os indivíduos e a própria nação, colocando o país na rota do progresso e da civilização” (GONTIJO, 2006, p. 2).

Barbosa de Godóis situa-se, assim, no contexto histórico marcado pelo advento da República e sua trajetória intelectual não pode ser pensada sem considerarmos a relação dialógica que o mesmo mantém com os imperativos do novo regime. O lugar político/social de Godóis é, por excelência, a de um homem que teve participação efetiva na estruturação do modelo educacional pretendido pelo governo, qual seja, “a formação de um cidadão de um cidadão que se adequasse aos ideais políticos defendidos pelos republicanos” (SILVA, 2015, p. 40).

Ao situar Godóis no espaço/tempo, e compreendendo que ao escrever o referido autor o faz em conexão com os valores inerentes ao contexto no qual está inserido, ou seja, é um intelectual que atua na área educacional maranhense no contexto de afirmação dos valores republicanos, exposto em sua obra *História do Maranhão* para uso dos alunos da Escola Normal, editado em 1904. Godóis produziu uma obra de valor historiográfico significativo, capaz de atravessar o tempo e chegar até nós como aporte bibliográfico de suma importância para fomentar o debate em torno do processo de formação do Maranhão. Em 2008, a Academia Maranhense de Letras publicou a segunda edição da obra, evidenciando e contribuindo para tornar o livro acessível ao público.

A imersão que fazemos na referida obra deve considerar os materiais didáticos enquanto representações, pois tais manuais não estão soltos no espaço e no tempo, visto que portam as inferências de quem os escreve, carregam sua percepção de mundo, ecoando certo sistema de valores, pois devemos considerar nuances significativas na construção de um manual didático, tais como o lugar de fala, visto que “as representações são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 17). Situando aspectos importantes quanto à produção do livro, convém destacar que:

As condições de produção do livro, portanto, ocorreram em meio bastante adverso, onde a figura do se combinava a determinadas variáveis, tais como: condição social favorável, comprometimento e empenho pessoal com as causas educacionais, interesses e projetos intelectuais próprios, força do idealismo e capacidade para enfrentar premências imediatas, como ausência de materiais didáticos específicos para ministrar novas áreas do conhecimento escolar (MELO, 2010, p. 51).

A partir do exposto, algumas questões valiosas para a análise do livro devem ser esclarecidas: a importância do livro por seu ineditismo enquanto material didático para o estudo da História do Maranhão voltada para discente, a produção do referido manual didático não foi uma imposição da lógica de mercado, a consonância das ações de Barbosa de Godóis na área educacional com o ideal de educação pretendido pelos republicanos.

A obra apresenta uma divisão que se observa no seguinte arquétipo cronológico: Colônia, Império e República. O que se evidencia quando nos debruçamos sobre a obra é que Godóis preocupa-se em construir uma narrativa cuja dinâmica é fortemente marcada pelo sistema de valores do autor, ou seja, da impressão pessoal dele quanto ao processo de construção da história maranhense, atribuindo aos referidos períodos cronológicos um sistema de valores ancorados na dicotomia bom/ruim. Assim, discorre ele sobre a História do Maranhão enveredando por essa premissa do olhar particular, moralizante e nostálgico. Por seu lugar na intelectualidade maranhense e com inserção tão profunda no campo educacional maranhense, sua obra se articula a um processo em curso no âmbito da arquitetura simbólica em gestação com a Proclamação da República: a criação de heróis, tão fundamentais na inculcação dos valores republicanos, lastro político/mental de suma importância para a consolidação do novo regime. Portanto podemos observar a dimensão e a complexidade envoltas no trabalho que é a produção de um manual didático.

Destaca-se, no livro, quando analisa as primeiras investidas lusitanas no Maranhão, como ato de bravura e coragem, um empreendimento articulado por um povo cuja força e grandeza, malgrado o insucesso inicial, não esmoreceu diante das adversidades “a valentia de ânimo do audaz navegante não foi coroada de melhor sucesso que a tentativa dos outros donatários, seus antecessores na empresa” (BARBOSA DE GODÓIS, 2008, p. 51).

Ao desbravar os mares, os portugueses imprimem na história a marca dos grandes heróis, dispostos a vencer colossais obstáculos em nome de uma causa maior. Grandeza de tal monta que teria desdobramentos positivos no processo de formação da sociedade maranhense, pois “o valor e a nobreza de sentimentos mostrados pelos portugueses no Maranhão, no tempo da invasão holandesa, são uma pedra de toque por onde se pode aferir da qualidade do pessoal

que havia na colônia” (BARBOSA DE GODÓIS, 2008, p. 191). Onde nem mesmo a presença dos degredados teria força para obscurecer as virtudes dos colonos, por se apresentarem em número reduzido. Infere, o autor, um tom racista, tratando como superiores os colonos que aqui viviam.

Enfatiza ainda, que o destemor dos portugueses o fizeram fincar raízes no Maranhão, no longo processo de conquista, marcado pela incursão de franceses, a quem Barbosa de Godóis (2008, p. 102) fazia deferências positivas por sua civilidade, dizendo “os franceses não deixavam escapar, como se vê, cousa alguma que pudesse lhes estreitar a amizade e confiança dos indígenas” e de holandeses, ambos os grupos fizeram incursões no Maranhão e foram expulsos pelos portugueses. Nesse processo de conquista e ocupação da nova terra, Barbosa de Godóis (2008, p. 201) chama a atenção para a implantação das Câmaras Municipais, locus dos homens bons que atuavam em defesa da coletividade.

Defender, nessa época, os interesses e o direito do povo conculcados pelos grandes, era uma cousa extraordinária, mas, e isso é digno de nota, mostrava que a vida municipal, mesmo absorvente como era, havia criado o sentimento democrático, tênue, débil, é certo, mas sempre o sentimento democrático.

Assim, o passado colonial apresenta-se como uma referência positiva para a estruturação de uma máquina administrativa republicana alicerçada na ética e no bom tratamento político do patrimônio público. No que concerne a criação de heróis com vistas a fundamentar os valores republicanos, aparece Manuel Beckman, um homem que se desliga do egoísmo tão comum aos seres humanos e empreende uma batalha colossal contra forças opressoras. A referida figura histórica cria os meios ideias para a gestação de heróis tão buscados pelo regime republicano na lógica da inculcação dos valores republicanos, pois, “quando um homem superior desposa uma ideia ou sentimentos que estão na massa popular, comunica-lhes um vigor novo, e dá-lhes a direção que muitas vezes lhe falta para chegar à realidade” (BARBOSA DE GODÓIS, 2008, p. 227). A percepção positiva sobre a Colônia na obra torna-se evidente não apenas pela exaltação do espírito altivo do lusitano, como também pelo fato de ser a primeira parte do livro e a ocupar a boa parte do manual didático.

No percurso da narrativa é demonstrado descontentamento com certos eventos inseridos no processo histórico maranhense, tais como a Balaiada, movimento popular que ocorreu durante o período do Império brasileiro. Barbosa de Godóis é um intelectual falando sobre um movimento de iletrados, um educador situado no contexto republicano analisando um evento que se deu no Império, ao mesmo tempo não podemos nos distanciar do fato de

que o mesmo constrói uma narrativa com forte caráter pedagógico devendo estar em consonância com os valores inculcados pelo regime republicano. Portanto, não é, uma fala desprezível, pois a fala situa-se no espaço e no tempo, ecoando, ou silenciando, certo sistema de valores, pois, “quem no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter essa espécie de linguagem?” (FOUCAULT, 1987, p. 57). Segundo Barbosa de Godóis (2008, p. 351), os balaios não passavam de “indivíduos ignorantes e arrastados pela paixão fremente da vingança contra a raça que consideravam sua opressora, não podiam ter um ideal nobre, nem se bater por qualquer questão política ou social”. A Balaiada é tida como um episódio fatídico na cena histórica maranhense, segundo o autor.

A República no Maranhão é interpretada por Barbosa de Godóis como o período da decepção, da dissonância entre o almejado e o concretizado. Contemporâneo do regime republicano, o autor se viu imerso em um contexto político e econômico marcado por problemas, a saber: disputas pelo poder e crise econômica. O novo regime, tão proclamado como difusor dos valores cívicos, da ordem e do progresso, não passou de um devaneio, visto que continuou abarcado por disputas políticas e o evidente foco das elites políticas em fazer valer seus interesses particulares. O Estado enquanto possibilidade de construir um país ancorado nos valores do desenvolvimento e da justiça social não se constitui nada mais do que espaço de disputas e barganhas políticas, locus da clientela e do apadrinhamento que em nada condizia com o que se bradou aos quatro cantos do Brasil na gênese da República.

A República, logo nos seus primeiros passos, sofrera, portanto, com aquele governo coletivo, a influência perniciosa de uma impressão verdadeiramente desgraçada, aliando-se o seu advento na Província à prática de tropelias em ordem a gerarem no espírito popular a ideia de que o novo régimen, em vez de garantir a ordem e os direitos dos cidadãos, fazia periclitar a primeira e investia contra os segundos (BARBOSA DE GODÓIS, 2008, p. 361).

Barbosa de Godóis pinta com cores turvas, dessa forma, a recém implantada República, pois o horizonte positivo que se desenhava no discurso dos republicanos, apagou-se, segundo ele, abarcado pela desordem política e econômica sedimentada logo nos primeiros tempos de atividade do novo regime.

### **Considerações finais**

O exercício de análise da obra *História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal*, publicado em 1904, sendo publicado novamente em 2008, significa adentrar na

narrativa construída por Barbosa de Godóis na tentativa de extrair a partir dela a percepção de mundo do autor, as conexões que ele estabelece com o contexto vivido bem como suas tentativas de inferir sobre tal contexto enquanto agente diretamente ligado ao sistema educacional, na lógica do que se pretendia para os rumos do Brasil, na dinâmica dos interesses republicanos ancorados na ideia do novo enquanto redenção nacional norteado pelos princípios da ordem e do progresso.

Faz-se, assim, necessário entender que a obra não está solta no espaço e no tempo, pois, como qualquer outra, conecta-se com o contexto histórico no qual se processa sua construção. Nesse caso, é imperioso destacar que o referido livro nasce sob a República, que em processo de afirmação, vê na área educacional lugar de suma importância para a edificação e propagação dos valores almejados pelo novo regime: civilidade, ordem, progresso, desenvolvimento. É preciso formar um novo cidadão, ajustado aos novos valores republicanos. Portanto, a obra deve ser compreendida “nos contextos de usos, que colocados na sua relação com as circunstâncias, remetem aos traços que especificam o ato de falar, de agir e de escrever” (DE CERTEAU, 1994, p. 96).

A apresentação didática de Barbosa de Godóis se sustenta na tríade: Colônia, Império e República, dando ênfase ao período colonial maranhense, o que diz muito sobre as pretensões do autor, pois devemos considerar o livro didático com um “veículo de um sistema de valores, de ideologias, de uma cultura de uma determinada época e de determinada sociedade” (BITTENCOURT, 2011, p. 302). Dessa forma, Barbosa de Godóis tem que ser pensado enquanto homem de seu tempo, falando a partir de um contexto específico e carga de valores particulares. Como parte do campo intelectual maranhense e atuando de forma destacada na área educacional maranhense, o autor imprime sua marca na obra, sobressaindo-se uma narrativa que põe em voga aspectos singulares tais como: apego ao passado colonial enquanto possibilidade de redenção do presente e desencanto com a República, que, segundo o mesmo, foi marcada por lutas políticas e crise econômica, não sendo capaz de por em prática as premissas alardeadas pelos republicanos: a ordem e o progresso. Vê-se uma narrativa de inferência teleológica, nostálgica e decadentista, onde um passado de realizações se sobressai diante de um presente desencantador, ou seja, “após o período colonial, o Maranhão afundou cada vez mais em destrutivos conflitos e disputas políticas, movidas ao sabor dos interesses individuais” (MELO, 2010, p. 61). Ressaltamos, ainda, que a obra de Barbosa de Godóis atravessou o tempo e tomou lugar de destaque no campo bibliográfico

maranhense, dando importante contributo ao debate que se faz sobre o processo de formação histórica do Maranhão.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA DE GODÓIS, Antônio Batista. **História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal**. 2 ed. São Luís: AML/EDUEMA, 2008.

BITENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

LICAR, Ana Caroline Neres Castro. OS MESTRES E A ESCOLA: Relações de poder no campo educacional maranhense. **Revista Outros Tempos - Dossiê História e Literatura**, Volume 8, número 11, 2011. pp. 41-62. Disponível em < [www.outrostempos.uema.br](http://www.outrostempos.uema.br) > Acesso em 26/08/2018.

CAMPOS, Flavio de. **Oficina de História**. São Paulo: Leya, 2 ed, v. 2, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: \_\_\_\_\_. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2006.

GONTIJO, Rebeca. Historiografia e Ensino da História na Primeira República: algumas observações. **Usos do passado – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ**, 2006. pp 1-9. Disponível em: <[www.snh2011.anpuh.org](http://www.snh2011.anpuh.org)> Acesso em 26/08/18.

MELO, Jeane Carla Oliveira de. O Maranhão em preleções: a escrita do livro didático de história local nas primeiras décadas republicanas. In: CARVALHO, Claunisio Amorim; CARVALHO, Germana Costa Queiroz. **Pergaminho Maranhense: estudos históricos**. São Luís: Café & Lápis, v. 1, 2010.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luis: [ s. n.], 2007.

SILVA, Diana Rocha da. **A institucionalização dos grupos escolares no Maranhão (1903-1920)**. São Luís: UEMA, 1ª ed, 2015.

\_\_\_\_\_; CASTRO, Cesar Augusto. Os rituais nos Grupos escolares maranhenses. In: CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Velazquez; FELGUEIRAS, Margarida Louro. (Org.). **Escritos de história da educação: Brasil e Portugal**. 1ed.São Luís: Café & Lápis, 2012, v. 1, p. 249-262.